

# **Cemitério “Sono Dos Anjinhos”: imaginário e precariedade dos sepultamentos infantis no Município de Codó-MA, Brasil.**

Nava Lopes, Anne Caroline; dos Reis Santos, Augusto Aluizio y Nava Lopes, Silvia.

Cita:

Nava Lopes, Anne Caroline; dos Reis Santos, Augusto Aluizio y Nava Lopes, Silvia (2017). *Cemitério “Sono Dos Anjinhos”:  
imaginário e precariedade dos sepultamentos infantis no Município de Codó-MA,  
Brasil. XVI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia.  
Departamento de Historia. Facultad Humanidades. Universidad Nacional  
de Mar del Plata, Mar del Plata.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-019/195>

# CEMITÉRIO “SONO DOS ANJINHOS”: imaginário e precariedade dos sepultamentos infantis no Município de Codó-MA, Brasil<sup>1</sup>

Anne Caroline Nava Lopes<sup>2</sup>.  
Augusto Aluízio dos Reis Santos<sup>3</sup>.  
Silvia Cristianne Nava Lopes<sup>4</sup>.

**RESUMO:** A morte é uma pauta cotidiana, pode ser considerada como passagem de uma vida para a outra e o cemitério, palco dessa passagem, tem o poder de perpetuação. Não representa um mero abrigo para a morte. Apesar de certa estranheza, o lugar permite o entendimento de uma determinada cultura. É um espaço de destino dos mortos com práticas e rituais diversos. Destacamos que na cidade de Codó, foi encontrado recentemente no Bairro São José, o que se conhece por “Cemitério dos Anjinhos”. Trata-se de um cemitério clandestino, caracterizado por sepulturas em tamanho miniatura, dispostas de forma aleatória, não correspondendo ao tamanho padrão de uma sepultura adulta. Relatos de moradores confirmam se tratar de um cemitério de crianças e negam o sepultamento de indivíduos adultos neste local. Configura-se com um pequeno terreno entre casas, semelhante a um quintal e fica exposto a qualquer pessoa. Não exige documentos, coveiros, registros, certidão de óbito, informações nas sepulturas, muros, norma técnica regulamentando o sepultamento, burocracias. Ele funciona de forma precária, sem o conhecimento do Estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Morte; Cemitério; Abandono; Clandestinidade; Subnotificação.

## INTRODUÇÃO

*Olhando-se num espelho, os homens descobrem a morte. É um tema que a pintura ilustrou do século XVI ao barroco alemão ou espanhol. Os pintores souberam oferecer este efeito de surpresa: uma jovem em seu toucador, onde o velho casal Burgkmeyr olha-se no espelho, que lhes devolve a imagem em forma de caveira... É talvez, isso que torna a história da morte tão fascinante. Trata-se, para o historiador, de voltar aos dados do problema, de surpreender do outro lado essa troca de olhares. Partindo da morte e das atitudes coletivas que a acolhem, a história quer reencontrar os homens e surpreendê-los na região diante de uma travessia que não permite trapaça (VOVELLE, 1991: 128).*

A partir das inferências do historiador Michel Vovelle (1991), acima descritas, destacamos a questão da compreensão da história da morte a partir das atitudes coletivas. Tais atitudes foram surgindo tomando como referência os modos pelos quais os próprios vivos percebem e vivenciam o problema da sua finitude. Dessa

---

<sup>1</sup> Os autores autorizam o artigo PARA PUBLICAR EM ACTAS.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Codó e Doutoranda em Ciências Sociais pela UFMA.

<sup>3</sup> Acadêmico de Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Codó.

<sup>4</sup> Professora do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Pinheiro e Doutora em Políticas Públicas pela UFMA.

forma, ela transcende o fenômeno biológico e se insere, também, como uma experiência social e cultural tornando-se historicizável.

Ainda de acordo com Michel Volvelle (1991,p. 128), A história da morte guarda dentro dessa rede complexa, um valor exemplar e específico, pois a morte representa um “invariante” ideal e essencial na experiência humana.

O aparecimento da história da morte nos direciona à renovação historiográfica desencadeada no século XX, especialmente a partir do diálogo dos historiadores com outras áreas do conhecimento, como a antropologia e a sociologia. Esse entrecruzamento de olhares permite uma ampliação da visão sobre o morrer e favorece uma iniciativa interdisciplinar fundamental para novos questionamentos e novas análises sobre a finitude humana.

Este artigo tem por objetivo analisar o significado sócio-cultural de um cemitério clandestino do nordeste do Brasil, no contexto de secularização dos cemitérios e de laicização da sociedade. Na perspectiva histórica, analisa-se um cemitério da cidade de Codó, no estado do Maranhão, o Cemitério Sono dos Anjinhos, criado em data desconhecida sem intermédio do Estado ou irmandade religiosa. A intenção é caracterizar os sentidos da clandestinidade dos “serviços” fúnebres e os significados simbólicos do enterro de crianças em um espaço do bairro onde se construiu um cemitério sem muros e sem coveiros, numa sociedade que, embora constitucionalmente secularizada e laica, não restringia as possibilidades tradicionais de luto e de experiências de práticas fúnebres religiosas.

Segundo Dona Maria Altina da Paz – vizinha que mora em frente ao cemitério-, são enterrados nesse cemitério:

*Somente crianças recém-nascidas. Que nasceu morta ou que morreu em seguida. Não tem criança grande nem crianças adultas. Essa história (de adultos sepultados) não existe. Assim, no meu conhecimento não tem adulto nesse cemitério. Só criancinha, recém-nascida.*

Tal cenário descrito pela moradora confirma os sepultamentos apenas de crianças no referido cemitério. Existem também tensões que recobrem, por um lado, a ilegalidade dos enterros nesse local sem registro e sem controle público ou religioso e, por outro, a força do “costume” de se enterrar clandestinamente crianças, contrariando os agentes (e a legislação) dos poderes públicos no contorno do bairro, verdadeiro quintal em céu aberto feitos de moradias dos mortos. Nessa paisagem fúnebre, os homens e as mulheres moradores do bairro aprendem a reinventar os seus anjos.

O relato acima remete a uma discussão mais ampla que desejamos construir no decorrer do presente trabalho cuja organização se inicia com uma contextualização sobre a discussão da morte e seus silêncios passando pela questão do abandono de recém-nascidos e crianças como uma prática comum nos séculos XVII e XVIII do Brasil colonial com reminiscências na atualidade. Finalmente apresentamos a pesquisa empírica e fechamos com uma reflexão sobre subnotificação de óbitos.

Metodologicamente, o presente texto traz algumas reflexões sobre a morte relacionadas ao uso da História Oral na produção do conhecimento histórico e sua articulação com a memória, tendo como objeto empírico o Cemitério Sono dos Anjinhos. Nosso pensamento é articular uma aproximação dessa metodologia de pesquisa com a Etnografia. Além disso, realizou-se revisão sistemática de livros, artigos, dissertações e fontes jornalísticas online, como o periódico G1Maranhão.

## **1. TRAÇOS DO AFASTAMENTO DA MORTE: dos silêncios das rodas dos expostos das Santas Casas de Misericórdia aos novos abandonos infantis**

*“A morte é um dos grandes perigos biossociais na vida humana. Como outros aspectos animais, a morte, tanto como processo quanto como imagem mnemônica, é empurrada mais e mais para os bastidores da vida social durante o impulso civilizador. Para os próprios moribundos, isso significa que eles também são empurrados para os bastidores, são isolados.”<sup>5</sup>*

A lógica contemporânea, senão interdita<sup>6</sup> da morte é representada por uma relação de afastamento entre vivos e mortos. Não que se possa afirmar que antes a relação era de familiaridade como demarcava Ariès!

Em meados do século XVIII, uma outra atitude diante da morte e dos moribundos se delineou no rastro do Iluminismo, da valorização da razão, da laicização das relações sociais e da secularização. A morte, nesse sentido, tornou-se selvagem, conforme denominação de Ariès, ou individualizada e asséptica, segundo Elias. Antes disso, a prática do abandono de crianças já era uma realidade.

O abandono de crianças foi uma prática comum entre algumas civilizações do Ocidente e há significativas evidências deste fenômeno desde Antiguidade. Na Roma

---

<sup>5</sup> ELIAS, Norbert. A Solidão dos Moribundos. Ed: Zahar, Rio de Janeiro. p. 19.

<sup>6</sup> É importante esclarecer que adotamos o termo “morte interdita” da construção teórica de Philippe Ariès em sua obra *História da Morte no Ocidente*. Ela representa, em linhas gerais, o momento em que a morte e o morrer passam a ser tratados dentro do campo do desapego e dos ritos da funcionalidade das instituições atuais.

antiga, o ato de abandonar crianças era comum. O infanticídio era ilegal, sendo que esta prática era punida com a morte dos seus genitores, em vista disso, o ato de abandonar era utilizado com frequência, principalmente, no caso de crianças com deficiências (RITTER, 2011).

Na Idade Média, com o fortalecimento da Igreja Católica, as discussões acerca da adoção e do abandono tomaram novos rumos, estabelecia-se, através dos inúmeros concílios e legislações resultantes destes, algumas proibições e aceitações. Sendo que a prática do abandono, no caso dos pais serem pobres e viverem em extrema miséria, era aceita. Com o surgimento de irmandades assistencialistas, como no caso a Santa Casa de Misericórdia, institucionalizou-se a prática e os cuidados para com os abandonados na Roda dos Expostos (FRANCO JUNIOR, 1999).

A história da assistência às crianças abandonadas no Brasil é marcada pela atuação das Santas Casas de Misericórdia após a instituição da Roda dos Expostos. Seu papel era propagar a fé e a caridade. No entanto, a caridade exercida pelas Santas Casas figurou-se como instrumento de vigilância sobre os mais necessitados e, assim, tornou-se um mecanismo de controle instituído pelas relações de poder (SORIMA NETO, 2007).

Para o recebimento dos expostos, foi instituído o sistema de “roda” para que os expositores pudessem depositar os bebês sem serem identificados. Este sistema teve origem nos mosteiros e conventos medievais, o qual era utilizada como suporte para levar alimentos, objetos e mensagens aos seus moradores, mas sem que tivessem contato com a exterioridade. Sobre isso temos:

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queria, abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado (MARCÍLIO, 2006, p. 57).

A questão do abandono de crianças era uma prática recorrente no Brasil e estava relacionado a morte social, mas também a morte física. Segundo Ana Luíza Marcílio (1998, p. 51), a roda de expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. Criada na Colônia,

perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta na recente década de 1950.



Figura 1: *Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia*<sup>7</sup>.

Também conhecida como "roda dos enjeitados", o sistema era um meio de garantir o anonimato do expositor e assim encobria o abandono do bebê indesejado impedindo que ele fosse descartado pelos caminhos, bosques, lixos, portas de igreja, como era o costume na falta de outra opção. Entretanto, mesmo com essa alternativa, a morte depois do abandono era uma inseparável companheira. Na visão de Ana Luíza Marcílio:

Na realidade, a quase totalidade destes pequenos expostos nem chegavam à idade adulta. A mortalidade dos expostos, assistidos pelas rodas sempre foi a mais elevada. (MARCÍLIO, 1998, p. 53)

A origem das Rodas dos Expostos está associada com a aparição das confrarias de caridade, no século XII, que se constituíram num espírito de sociedade de socorros mútuos, para a realização das Obras de Misericórdia, perpetuando-se até a primeira metade do século XX. (MARCÍLIO, 1998, p. 54).

---

<sup>7</sup> Figura 1: disponível em:< <http://portoarc.blogspot.com.br/2014/06/roda-dos-expostos.html>>. Acesso em 26 fev. 2017.



Figura 02: Mãe abandonando recém-nascido na Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia<sup>8</sup>.

Quando declaradas mortas, as mesmas eram enterradas alí mesmo. Nos quintais e áreas adjacentes às Santas Casas. O sepultamento era clandestino. Como exemplo de total desapego e falta de cuidados com as crianças, podemos citar o relato do livro de Movimento da Roda dos Expostos (1866-1870), conforme a seguir:

21 de fevereiro de 1867:

Lançamento pela 9 [e meia] horas da noite na roda um menino branco com mais de mês de idade, vinha queimado em diversas partes do corpo e como estivesse em perigo de vida, recebeu água de [ilegível], e de fato faleceu na casa da roda aos 26 do dito mes, não obstante as diligencias que se empregarão fara a saber; foi sepultado aqui, no mesmo dia (MOVIMENTO da roda dos expostos de 21/02/1867).

Silêncios voluntários muitas vezes apareciam nesse contexto, sobretudo no que dizia respeito a identidade dos pais, da própria criança que parecia nascer e morrer sem ter uma história própria. A roda dos expostos também retrata a morte de crianças e demarca além do seu abandono em vida o abandono em morte. Silêncios eram imperativos.

Abandonos infantis, rodas dos expostos e morte são expressões de silenciamentos históricos. Em sua configuração mais atual, a morte ainda envolve a economia das palavras e expressões.

<sup>8</sup> Figura 02: disponível em: < <http://portoarc.blogspot.com.br/2014/06/roda-dos-expostos.html>>. Acesso em 27 fev. 2017.

Manifestando-se como tabu a morte também esvaziou palavras e impôs silêncios em muitas das suas aparições, sejam nos velórios, enterros, nos livros, na vida acadêmica, no dia a dia que ainda precisamos lidar. Segundo Elias:

Intimamente ligado em nossos dias, à maior exclusão possível da morte e dos moribundos da vida social, e à ocultação dos moribundos dos outros, particularmente das crianças, há um desconforto peculiar sentido pelos vivos na presença dos moribundos. Muitas vezes não sabemos o que dizer. A gama de palavras disponíveis para o uso nessas ocasiões é relativamente exígua. O embaraço bloqueia as palavras. Para os moribundos essa pode ser uma experiência amarga. Ainda vivos, já haviam sido abandonados. (ELIAS, 2001, p. 31).

Já afirmava Michel Volvelle (1991, p. 136) que “A história da morte, revela suas dificuldades como uma história de silêncios”.

É importante destacar que durante boa parte dos séculos XIX e XX, a morte também foi "mascarada", seja por meio da criação de cemitérios distantes das cidades e de seus centros, seja através das tentativas de funerárias e necrópoles falarem do tema, sem mencionarem palavras explícitas, tais como "morte", "sepultura" ou “cemitério”. Norbert Elias chama atenção para essas questões. Para ele, o simples fato das atividades relativas à organização do velório, preparação do cadáver e ao cuidado com as sepulturas terem saído das mãos da família, parentes e amigos, passando para especialistas remunerados, é um indicativo do afastamento dos vivos em relação aos mortos. (ELIAS, 2001, p. 37).

Retomando Volvelle (1991, p. 139), “a história da morte é tecida de silêncios involuntários e de silêncios voluntários”. Assim, a realidade dos enterros de crianças, objeto de discussão desse artigo também passa por silêncios e fatos velados que sem o uso da insistência seria improvável retratar.

À princípio, percebemos a existência de uma invisibilidade no campo historiográfico sobre os cemitérios de crianças. Embora essa configuração denote relevância, principalmente sobre a relação com a morte, não foram identificados muitos estudos históricos que trabalhem a temática.

Por se tratar de um espaço clandestino, o Cemitério Sono dos Anjinhos, objeto de discussão desse artigo é pouco falado no bairro onde está localizado. Todos que lá habitam têm conhecimento de sua existência, mas ao serem interpelados pela equipe de pesquisadores, poucos se mostraram favoráveis a um diálogo. Desde os



primeiros momentos, o silêncio dos moradores do bairro despertaram nossa atenção. Aos poucos os ruídos e informações começaram a aparecer, ainda que timidamente.

A intenção desse trabalho é dar visibilidade a prática diversa de enterramento de crianças que se perfaz numa lógica própria, que aos olhos de quem está de fora salta da clandestinidade para o abandono de crianças num terreno baldio em ocasião do infortúnio de sua morte, mas para quem está dentro importa uma rede de solidariedade tecida no aleatório de uma sobre terreno que por força dos corpos de criancinhas lá enterrados se transformou no cemitério dos anjos. Importa notar que esta rede de solidariedade remonta suas origens.

## **2. CEMITÉRIO “SONO DOS ANJINHOS”: precariedade dos sepultamentos infantis no Município de Codó-MA, Brasil**

De acordo com Mauro Dillmann (2016), no Brasil, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela intensificação do processo de urbanização e pela consolidação da secularização da sociedade. Tais transformações foram acompanhadas por igual modificação das concepções dos cemitérios, das deliberações administrativas dos mesmos e das representações sociais da morte e do morrer.

A cidade de Codó – MA não é imune a essas transformações sociais e urbanas. Codó Localiza-se na mesorregião do Leste Maranhense é uma das cinco mesorregiões do estado do Maranhão. Sua população foi estimada em 2010 pelo IBGE em 264.258 habitantes e possui uma área total de 4.361,318 km.

O município de Codó está situado na região do Vale do Itapecuru acerca de 350 quilômetros da capital São Luís. Atualmente a cidade produz ainda em áreas de roçado, arroz, milho, cana-de-açúcar; na pecuária destaca-se na criação de rebanhos bovinos, suínos, caprinos e frango.

Veroneide Oliveira Pontes ao escrever sobre a cidade de Codó retratou um pouco de seu processo histórico e destacou a origem e o significado da palavra Codó. Segundo esta, há várias versões, elencou as seguintes hipóteses:

- 1- A palavra Codó seria uma palavra indígena que traduzida significa atoleiro, brejo, lugar encharcado- o que remete ao fato da cidade ter sido povoada por ameríndios e ficar as margens do rio Itapecuru;
- 2- Ainda no vocabulário indígena, Codó poderia significar “arremesso de lança”;
- 3- Pode estar relacionada a um possível cidadão francês de nome Kodoc que teria se afogado no Itapecuru por volta de 1614;
- 4- Vinda do nome do rio que corta a cidade, chamado Codozinho;
- 5- A mais antiga versão e contada ainda hoje

nas escolas, afirma que o termo Codó seria derivação da palavra codorna, nome de uma pequena ave.

A cidade de Codó possui alguns cemitérios principais entre eles estão o Cemitério Codó Novo, Cemitério Boa Vista, Cemitério Monte Sinai, Cemitério Central, Cemitério do Cajueiro e o Cemitério Sabiazal. Mais afastado encontra-se o Cemitério Sono dos Anjinhos no bairro da Trizidela. Vejamos imagens deste último:



Figuras 3 e 4: Imagem de algumas sepulturas de crianças dispostas aleatoriamente no Cemitério “Sono dos Anjinhos” em Codó-MA<sup>9</sup>.

As primeiras visitas e observações diretas no Cemitério Sono dos anjinhos despertaram atenção pelo tamanho de todas as sepulturas nele identificadas. Todas elas são em tamanho miniatura. Algumas já se encontram bem deterioradas pela força do tempo e do abandono.

Este cemitério fica no começo da rua e seu terreno fica lado a lado entre duas casas. Ainda em atividade, o Cemitério Sono dos Anjinhos possui espaço para novos enterramentos de crianças e pelo levantamento das entrevistas, via de regra só são enterrados nele crianças cujos pais são moradores do bairro da Trizidela.

A origem do cemitério é uma questão permeada de lacunas. Não existe registro nem instituições responsáveis que possam dizer algo mais certo sobre sua história. Questionado sobre a origem do terreno Sr. Hamilton explicou:

“Era um terreno abandonado. Era uma sobra de terra aí. Tem esse pedaço de terra aí, tem aquela sobra pra lá, e tem esse terreno no meio aí. Que tinha

<sup>9</sup> Figuras 3 e 4: elaboração própria.

dono, mas o dono não estava utilizando. Aí foi sepultando, foi sepultando e eles não ligaram mais. Ai foi depois que o José Antônio Comprou esse terreno aí.”



Figuras 5 e 6: Imagem de sepulturas de crianças no Cemitério “Sono dos Anjinhos” em Codó-MA<sup>10</sup>.

Questionado se possui alguma criancinha da família enterrada no Cemitério dos Anjinhos, Hamilton respondeu:

“Tem meu netinho lá. Morreu depois de alguns dias que chegou em casa. Engoliu querosene.”

Relatos dos moradores começaram a apontar que depois do estado de abandono o terreno havia sido comprado por um morador do bairro. É o que confirma o Sr. Hamilton:

“O Sr. José Antônio comprou o terreno para evitar que pessoas adultas fossem sepultadas aí. A cunhada dele tem uma criança sepultada aí. Umas ou é duas pessoas deles aí. Tudo criança.”

Percebemos até sé esse momento que o Sr. José Antônio aparece como um nome relacionado à aquisição e compra do terreno. Surgiu a dúvida e questionamos para uma das senhoras mais idosas do bairro de quem o Sr. José Antônio teria comprado, o que iria remontar a origem e posse do terreno. Dona Maria Altina da Paz, que é costureira respondeu:

Sr. Domingos Araújo. Quando esta família chegou em Codó, ela e outra família (aquela que era dona do terreno do cemitério da boa vista) se apossaram dos terrenos que hoje é o bairro da Trizidela. Uma ficou com o

<sup>10</sup> Figuras 5 e 6: elaboração própria.

terreno da parte esquerda e a outra da parte direita da principal via que corta o bairro.

E, continua:

Dona Jeci Araújo, esposa do Sr. Domingos Araújo (ambos já faleceram), senhora muito religiosa, que percebeu a necessidade de se criar um espaço que tivesse como fim sepultar “os anjinhos”. Pois, somente famílias humildes sepultam naquele espaço. É importante ressaltar que dona Jeci exercia um papel importante na igreja católica do bairro, a qual fica próxima do cemitério. “foi por necessidade. Dona Jeci Araújo que foi a, quer dizer, foi ela que cedeu este espaço.

No intuito de levantar mais dados e numa tentativa de confirmar as informações levantadas tentou-se averiguar se havia algum tipo de registro do cemitério na cidade, qualquer mínimo vestígio de legalidade não foi encontrado. A Prefeitura da cidade de Codó não tem conhecimento formal sobre o cemitério e sobre as práticas de enterramento que ainda são feitas nele.



Figuras 7 e 8: Imagem de sepulturas de crianças no Cemitério “Sono dos Anjinhos” em Codó-MA<sup>11</sup>.

Todas as informações levantadas resultaram de história oral, principalmente de registros de entrevistas com as pessoas moradoras do bairro que são mais idosas. O confronto das informações obtidas se fizeram pelo cruzamento de relatos de outros moradores também do bairro que se dispuseram a falar. Registra-se aqui que muitos preferiram não dar entrevista e não falar nada a respeito.

Dona Maria Altina da Paz questionada sobre se ainda na atualidade fazem enterros lá respondeu que:

<sup>11</sup> Figuras 7 e 8: elaboração própria.

“O último foi realizado no ano passado, mas sim, ainda é realizado. Bem menos que antigamente. Ainda. Só que é menos. Agora é mais difícil. Só pessoas de perto. As vezes tem uma criança no hospital, que morre no hospital e traz pra sepultar aqui. Porque, antes, era quase toda Trizidela, porque era o único lugar que tinha, neh?! Mas agora não é mais tanto não. É muito difícil, porque, graças a Deus, agora até que é muito difícil morrer criancinha recém-nascida, graças a Deus, não é mais tanta não, graças a Deus.”

Resolvemos então buscar mais informações do que alguém deveria fazer para enterrar uma criancinha no Cemitério dos Anjos. Questionamos se existia alguma taxa, algum pagamento e quem era o responsável, no que Maria Altina da Paz respondeu:

“Só que, agora tá assim a dona Jeci faleceu. Ai, as vezes as pessoas me procuram, me perguntam se pode e ai eu digo, “eu nem sei realmente dizer”. Ai eu digo, peço pra irem procurar alguém da família. Agora, tem bem um ano que foi sepultado um bebezinho aí. Que veio, assim numa caixa mesmo, veio do hospital, neh? Ai eu digo, “gente, vão procurar a família”. Porque eu não posso me responsabilizar, neh? Porque ela realmente faleceu e aí, não sei se foram. Devem terem ido. Que sepultaram. Antes, ia lá pedir pra dona Jeci, ela dava autorização. Nera nem escrito. Só de boca mesmo, “pode sepultar” e pronto.”

Fica claro na fala dela, também confirmada por outros relatos que o procedimento para enterrar alguém lá apenas depende da atual “autorização” da família do dono do terreno. É uma prática que dispensa certidão de óbito, taxas, livro de registro, identificação de sepulturas, coveiros, funerárias e até caixões.

Em seus primeiros relatos, Maria Altina da Paz nos revelou sobre como ocorriam os sepultamentos afirmando que:

“A família é a responsável por providenciar tudo e realizar os sepultamentos. Estes por sua vez, na maioria das vezes, é realizado dentro de caixas. Por exemplo, este último, a criança foi trazida dentro de uma caixa para ser sepultada de papelão. “a própria família, neh. O pai, alguém, algum parente. Alguém da família mesmo. Eles mesmo ia, pedia, e vinha e procurava um lugar vazio e fazia o sepultamento.”

Quando questionada sobre se sabia quantas criancinhas tinham sido sepultadas lá informou que:

“Agora é difícil a gente saber. Até porque o cemitério ele é abandonado. O povo não se importa em cuidar. Ele só vem quando é tempos dos finados. Aí vem e limpa. Só que muitas cruzeiras nem tem mais, neh? Lugar. Olha, deixa eu lhe dizer, o cunhado do Zé Antônio, irmão do Horácio, tem uma irmãzinha sepultada logo bem na entrada do cemitério. Cunhado do Zé Antonio. O

Horácio tem uma irmãzinha dele sepultada aqui no cemitério. O Horácio é cunhado do Zé Antônio. Aí eu nem sei quantos anos faz isso daí”.

Maria Altina da Paz prossegue falando porque não existem informações ou identificações nas sepulturas que possam indicar suas origens:

“ Como são crianças recém-nascidas ou que nasceram mortas e que ainda não possuíam nomes eles não identificam.“ Eu também assim, eu acho só é Anjinhos ali. As pessoas não se preocupam muito com isso, neh. É assim, como se nunca tivesse existido. Acho que é isso. Eu não sei explicar o que tem, neh. O que acontece.”

Então foi lhe perguntado como os familiares identificam onde estão enterradas suas criancinhas depois de passado algum tempo já que as vezes, não tem nem túmulo, apenas um buraco é cavado e depois de um certo tempo ele não fica mais visível. Ela respondeu que:

“Alguns familiares coloca uma cruz. E através da memória. É cada um, eles coloca uma cruz. Ai tem mitos muitos que perde o lugar. Mas aí tinha um cruzeiro bem grande, neh? E aí, as pessoas que não sabiam onde era, acendia as vela no cruzeiro, rezava ali. Só que de alguns anos pra cá arrancaram o cruzeiro não tem nada de identificação”.

Nosso próximo informante solicitou que não fosse identificado e por uma questão meramente didática iremos nos referir a ele como “João”.

João explica que somente crianças que mortas de forma natural ou que a mãe abortou é que estão enterradas no Cemitério dos Anjinhos. E, é somente crianças de famílias humildes do bairro que estão lá. Ele relata que quem tem dinheiro não faz uso do espaço. Prefere sepultar nos cemitérios mais populares da cidade. Ele esclarece que:

“Antigamente, assim que cheguei no bairro, era realizado sepultamento quase todos os dias.. e, de fato nos últimos anos a procura vem diminuindo bastante.”

Questionado sobre se tem algum parente enterrado neste cemitério, João respondeu:

“Duas crianças. Uma delas já caminhava. Segundo ele, esta, provavelmente é a maior criança sepultada lá.”

João mostrou-se preocupado com a situação de abandono do Cemitério dos Anjinhos. Mostrou-se muito incomodado com o fato de as pessoas jogarem lixo e deixar seus esgotos passarem por dentro do cemitério.

Vagno Alves Junior é outro morador do bairro que se dispôs a contar sua experiência com o cemitério. Ele é o vizinho que mora ao lado do cemitério. Questionado sobre o que acontece no Dia de Finados, respondeu:

“É realizado vários rituais: acender velas, enfeites, limpar o cemitério vem é um monte de gente, acender velas, limpar, enfeitar, traz coisa, os enfeite, capina todinho, limpa.”

Vagno se mostrou preocupado com a atual situação de abandono do cemitério dos Anjinhos. Chamou atenção para a necessidade de não jogar lixo e nem deixar os esgotos passar por dentro do cemitério. Segundo este isto é um desrespeito com os anjos ali sepultados.

### **3. A VIGILÂNCIA DE ÓBITOS INFANTIS: a subnotificação de eventos vitais**

Considera-se subnotificação toda omissão de registro de determinado evento vital. No caso de óbitos, refere-se ao fato de existir a morte e dela não se ter conhecimento oficial por meio de registro em cartório e, tampouco nos sistemas de informações em saúde. No Brasil, a subnotificação de óbitos infantis tem sido um sério obstáculo ao conhecimento de importantes indicadores sociais e de saúde, na maioria dos estados brasileiros, especialmente nas regiões norte e nordeste, o que tem levado a prejuízos na produção de dados fidedignos (FRIAS et. al, 2005).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se configurava como sendo o órgão responsável pela coleta, análise e divulgação dos eventos vitais. Entretanto, a partir de 1975, o Ministério da Saúde (MS) implantou o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), como sistema oficial de informações de óbitos no país. O SIM foi desenvolvido pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), com objetivo de consolidar todas as Declarações de Óbito (DO) emitidas pelos profissionais de serviços de saúde, bem como dos Cartórios de Registro Civil (ANDRADE E SZWARCOWALD, 2007).

No que concerne ao Registro Oficial de Óbitos, este se refere à lavratura do assento do óbito, feito pelo oficial de registro do lugar de falecimento do indivíduo, em vista da DO emitida pelo médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas, que tiverem presenciado ou verificado a morte. O registro do óbito gera a Certidão de Óbito, exigida por força da Lei nº 6015/73, para que seja efetuado o sepultamento em qualquer parte do território nacional (NERI, 2016).

Infelizmente ainda persistem no Brasil muitos problemas associados à notificação de óbitos, principalmente entre os menores de um ano, o que tem provocado questionamentos em relação à confiabilidade destes dados. Neste seguimento, estima-se que a cobertura atual do SIM seja de aproximadamente 75,0%. É importante destacar que a subnotificação dos óbitos é diferenciada por região, sendo maior nas regiões Norte e Nordeste (NERI, 2016).

Nestas regiões, a existência de cemitérios que não exigem a DO ou Registro Oficial de Óbitos emitido via Cartórios de Registro Civil para o enterramento é muito comum. Também ocorre, com muita frequência, a realização de sepultamentos clandestinos no próprio quintal da residência. Estas práticas têm sido apontadas, na literatura, como fatores determinantes para o aumento dos casos de subnotificação de óbitos infantis (NERI, 2016).

Estas práticas são mantidas por padrões culturais consolidados, reforçados por uma cobertura insuficiente de assistência médica, o que dificulta a emissão da DO pelos estabelecimentos de saúde, limitando, distorcendo ou inviabilizando a construção dos indicadores de saúde, especialmente no nordeste brasileiro, como é o caso do Cemitério dos Anjinhos localizado no Município de Codó-MA.

Segundo Morse et. al (2011), existe um consenso na literatura de que a subnotificação de óbitos infantis ocorre devido as desiguais oportunidades de acesso aos bens e serviços públicos de saúde, marca ainda presente em nosso país. Assim, superar os problemas relacionados ao acesso à saúde é uma condição básica para enfrentar a questão.

Os óbitos infantis são mais frequentes entre os grupos sociais menos favorecidos, mesmo com os avanços das políticas públicas para redução da desigualdade social e da pobreza, melhor distribuição de renda e melhorias em saneamento básico, educação e saúde, etc. Vários autores demonstraram a relação entre a pobreza e o óbito no primeiro ano de vida, a partir de indicadores de privação de bens essenciais, como falta de acesso à água encanada e esgotamento sanitário. Isto demonstra que o risco de morrer no primeiro ano de vida é sempre maior em regiões com elevadas taxas de pobreza (MORSE et. al, 2011).

Vale ressaltar que o Cartório de Registro Civil é considerado uma importante fonte de alimentação do SIM, principalmente em se tratando de óbitos domiciliares. No entanto, seu potencial torna-se limitado, na medida em que necessita



da iniciativa dos pais da criança para proceder ao Registro Oficial do Óbito, o que muitas vezes não ocorre, devido ao acesso limitado destas famílias aos cartórios. Na maioria dos casos, a criança menor de um ano que evolui para óbito não tem sequer uma Certidão de Nascimento, cuja primeira via é gratuita no Brasil, conforme o Artigo 30 da Lei nº 9.534/97 (NERI, 2016).

De acordo com Frias et. al (2005), os cemitérios também são importantes fontes de notificação do óbito. No entanto, os mesmos não apresentam contribuição expressiva na recuperação dos óbitos ausentes no SIM. Por isso, se levanta a hipótese de que os sepultamentos clandestinos (assim chamados por ocorrerem sem maiores informações a respeito do falecido) são realizados em locais conhecidos das autoridades, influenciando negativamente na identificação dos óbitos obtidos por esta fonte.

É importante destacar que os cemitérios, além do seu valor sentimental, podem e devem ser utilizados como fonte de informações históricas e genealógicas, dado o seu elo com o passado. Excluindo-se os enterramentos ocorridos em cemitérios clandestinos, a maioria dos sepultamentos ocorre em cemitérios próximos ao local de residência do falecido ou de sua família, podendo representar uma fonte de recuperação de informações sobre óbitos. Entretanto, eles não têm sido utilizados pela Vigilância Epidemiológica com este propósito (FRIAS et. al, 2005).

Ainda no que concerne aos cemitérios como fonte de informações sobre óbitos infantis ainda existem outros agravantes. Levantamentos obtidos por pesquisadores da área da saúde revelam que o tipo de informação mais deficitária é a de causa do óbito infantil. Além de não ser anotada em diversos cemitérios, existem as que são informadas como “parada cardiorrespiratória”. Na maioria das vezes, as informações sobre os óbitos são colhidas verbalmente pelo funcionário do cemitério junto ao familiar da criança falecida, o que torna as informações mais técnicas menos confiáveis, como por exemplo, da *causa mortis* (FRIAS et. al, 2005).

Para Neri (2016), a subnotificação de óbitos pode ocorrer por problemas em diversos pontos do fluxo de informações: a) a DO não foi preenchida e o corpo sepultado em cemitérios clandestinos, o que representa uma prática comum em caso de óbitos sem assistência médica; b) a DO foi preenchida, mas não chegou ao serviço de estatística do hospital, nem aos familiares do paciente, devido à falta de definição do fluxo intra-hospitalar; c) o serviço de estatística não entregou a DO ao SIM e os

familiares não registraram o óbito no cartório e; d) os hospitais e cartórios entregaram suas respectivas vias da DO à SIM e elas não foram digitadas. Todas esses problemas elevam a frequência de sepultamentos em cemitérios clandestinos.

Quando o óbito ocorre em estabelecimentos de saúde, situações inusitadas podem ocorrer como é o caso do desaparecimento de fetos e/ou recém-nascidos em hospitais públicos localizados na capital do Estado do Maranhão – São Luís.

De acordo com informações divulgadas no Periódico G1 Maranhão Online (2016), um hospital universitário materno infantil, situado em São Luís está investigando o desaparecimento de dois fetos e um bebê. Um deles morreu com 37 semanas de gestação. O caso mais recente de desaparecimento de bebê ocorreu nesta semana quando uma recém-nascida sumiu das dependências do hospital logo após o seu nascimento. Bastante abalado, o pai da criança relatou que ainda chegou a pegar a sua filha, que se chamaria “Maria Clara”, nos braços antes dela ser entregue a enfermeira para a realização de procedimentos de limpeza. Revoltada com a situação, familiares da criança esperam resposta da direção do hospital sobre o caso.

Sobre o desaparecimento da recém-nascida, a direção do hospital revela que depois de constatar a morte da mesma, o corpo foi encaminhado para a câmara fria, onde um funcionário da empresa terceirizada que faz a limpeza do hospital teria se confundido na hora da higienização, e colocado corpo da criança junto com o lixo e encaminhado para a cremação. Ainda segundo a direção do hospital não foi apenas o corpo da “Maria Clara” que desapareceu. Mais outros dois fetos também não foram encontrados. Os casos foram registrados na Polícia Federal, onde está sendo investigado (G1 MARANHÃO ONLINE, 2016).

Estes dados fornecem elementos para o enfrentamento do problema da subnotificação de óbitos infantis nas regiões mais pobres do país, como é o caso do nordeste brasileiro, além de revelar que o desafio de redução dos óbitos infantis envolve a necessidade de melhorias no acesso e na qualidade dos serviços públicos de assistência à saúde, além do fortalecimento das políticas públicas que visem à redução das desigualdades socioeconômicas e, finalmente, da iniciativa dos gestores municipais em propor ações de combate a prática de sepultamentos em cemitérios clandestinos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, C.L.T; SZWARCOWAL, C.L. **Desigualdades sócio-espaciais da adequação das informações de nascimentos e óbitos do Ministério da Saúde, Brasil, 2000-2002**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n.5, p.1207-1216, mai., 2007.

ARIÈS, P. **História da morte no Ocidente**. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

\_\_\_\_\_, P. **O homem diante da morte**. Tradução: Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990 (2 Volumes).

DILMANN, M. **Cemitério São Miguel e almas: uma necrópole confessional e privada em Porto Alegre nas primeiras décadas da República**. Revista M. vol. 1, n. 1, p. 128-154, jan-jun, 2016.

ELIAS, N. **A Solidão dos Moribundos**. Ed: Zahar, Rio de Janeiro, 2001.

FLORES, M. **A sociabilidade da roda dos expostos**. In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas*. Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: Editora da ISCAMPA, 2009, p. 159-164.

FRANCO JUNIOR, H. **Feudalismo: uma sociedade religiosa, guerreira e camponesa**. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

FRIAS, P. G.; VIDAL, S.A.; PEREIRA, P.M.H.; LIRA, P.I.C.; VANDERLEI, L. C. **Avaliação da notificação de óbitos infantis ao Sistema de Informações sobre Mortalidade: um estudo de caso**. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, v.5 (Supl 1): p.43-51, dez., 2005.

G1 MARANHÃO [ONLINE]. **Hospital em São Luís investiga desaparecimento de fetos**. 22 jul. 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2016/07/hospital-em-sao-luis-investiga-desaparecimento-de-fetos.html>>. Acesso em 10 fev. 2017.

MARCILIO, M. L. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil 1726-1950**. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *História Social da infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

MORSE, M.L.; FONSECA, S.C.; BARBOSA, M.D.; CALIL, M.B.; EYER, F.P.C. **Mortalidade materna no Brasil: o que mostra a produção científica nos últimos 30 anos?** Cad Saúde Pública 2011; 27(4):623-38.

PONTES, V.O. **A Igreja católica e o Terecô em Codó-MA: conflitos e resistências**. Monografia (Curso de Licenciatura em História) - Universidade Estadual do Maranhão, 2008, 120 f.

RITTER, D.C.S.P. **A infância desvalida: abandono de crianças na santa casa de misericórdia em Porto Alegre (1840-1880)**. Monografia (Curso de Licenciatura em História) - Centro Universitário UNIVATES, 2011, 106 f.

SORIMA NETO, J. **Roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia, onde eram colocadas as crianças quando abandonadas**. In: *Médico deixado na 'roda dos expostos' defende parto anônimo*. (2007). Disponível em: <<http://oglobo.globo.com>>. Acesso em 18 fev. 2017.

VOVELLE, M. **Ideologias e mentalidades**. Trad. Maria Julia Cottvasser. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.